



Luís Machado de Abreu  
Direcção da colecção

Luís Machado de Abreu  
Jorge Croce Rivera

José Eduardo Franco  
Annabela Rita

(Coordenadores)

# HOMEM DE PALAVRA

## Padre Sena Freitas

Estudos, inéditos e autobiografia

Prefácio de  
D. Manuel Clemente



Roma Editora

## Sena Freitas e o combate à filosofia positivista

José Luís Brandão da Luz  
Universidade dos Açores

### I. Difusão do positivismo em Portugal

Os ideais liberais e de progresso que as iniciativas reformistas de Passos Manuel e de Fontes Pereira de Melo de algum modo trouxeram para Portugal criaram uma atmosfera favorável à promoção duma forma de ensino de feição científica e técnica, que encontrava no sistema da filosofia positivista a sua chancela de legitimação. Os níveis elevados de desenvolvimento social e económico que os países como a França, a Inglaterra e a Alemanha conheciam, graças ao decisivo incremento concedido pelas ciências e a sua aplicação técnica aos sectores produtivos da economia, impunham a linha de rumo a seguir para resgatar o país do atraso que o tornava refém dum passado sem perspectivas de futuro.

Sena Freitas mantém-se a par do desenvolvimento que as ciências conheciam, tendo, designadamente, com a idade de 41 anos, efectuado estudos em Londres, na área das ciências da natureza, e realizado várias viagens por todo o mundo, que teriam contribuído para alargar os seus horizontes. É pois natural que o surpreendamos a enaltecer, nos seus escritos, os homens de ciência do século XIX que, com as suas descobertas, aumentavam significativamente o nosso poder sobre a natureza:

«deram-nos todas as máquinas que abreviam, e podem tornar comezinho o trabalho; máquinas de coser, de triturar, de fabricar pano, papel, de esbulhar, de joeirar, de peneirar, de lavar; máquinas de esmiuçar, e computar o tempo; máquinas de movimento por terra, por mar, e até pelo ar, etc., etc. Só a Inglaterra possui cem milhões de cavalos-vapor que mourejam, e tressuam em proveito de trinta milhões de homens»<sup>1</sup>.

Ao mesmo tempo, reconhece a aposta na instrução, como decisiva para o desenvolvimento de um povo, e aponta como modelo a seguir os Estados Unidos da América, que «vão na vanguarda do progresso, sob qualquer aspecto que este se encare»<sup>2</sup>, e os países do Norte da Europa, como os escandinavos, a Bélgica, a Di-

<sup>1</sup> Sena Freitas, *Escritos Católicos de Ontem*, Guimarães, Teixeira de Freitas Editor, 1877, p. 230.

<sup>2</sup> Sena Freitas, *Ao Veio do Tempo. Ideias, Homens e Factos*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, Livraria Editora, 1908, p. 311.

namarca e a Suíça, «países adiantadíssimos, onde a percentagem de analfabetismo é quase insignificante, não havendo até nos últimos citados uma criada de servir, um carrejão, uma criança de nove anos que não saiba ler e que ao atravessar as ruas não sinta já prazer de ir lendo o seu jornal, para saber as notícias do dia»<sup>3</sup>.

Em termos gerais, a par dos empreendimentos que levaram a dotar o território nacional duma rede viária e ferroviária e de medidas para desenvolver a indústria, a agricultura e o comércio, os planos de regeneração dos governos procuraram também implementar uma reforma do ensino que pusesse o país no caminho da modernização de que carecia. Foram criados diversos cursos, escolas e institutos vocacionados para conferirem à jovem geração da nova classe média portuguesa uma preparação científica e técnica que a equipasse para a tarefa de conduzir a transformação do país segundo os padrões europeus de prosperidade. A formação humanística, destinada a preparar os jovens para a vida eclesiástica e a carreira da magistratura judicial, deu lugar a um novo formato de ensino, conforme Pombal já havia preconizado, tendo sido criadas, em Lisboa e Porto, fora da tutela da Universidade de Coimbra, escolas politécnicas, médico-cirúrgicas, agrícolas e industriais, como o Instituto Agrícola de Lisboa e os Conservatórios de Artes e Ofícios de Lisboa e Porto, que formavam engenheiros civis, oficiais de marinha, gestores industriais, técnicos agrícolas, etc.

O sistema de ensino da Escola Politécnica de Lisboa é particularmente significativo no que se refere à sua orientação positivista, designadamente, no agrupamento e ordenação das disciplinas que deveriam constituir o plano de estudos dos seus cursos. Na base, ministravam-se disciplinas mais gerais e independentes, as matemáticas, que se reportavam ao domínio do Cálculo, considerado indispensável nos procedimentos exigidos nas outras áreas disciplinares, mas que não dependia senão dos princípios e regras que ele mesmo definia. De seguida, dispunham-se as que se apresentavam progressivamente mais concretas e complexas, como as que se reuniam sob a égide da observação (Astronomia), da experimentação (Física e Química), da classificação (Geologia e Biologia). Finalmente, a área das disciplinas da organização social (Economia e Direito), mais intimamente ligada ao estudo do homem, que Comte considerava o objecto principal de todo o conhecimento científico.

Cumpriam-se desta forma as orientações da filosofia comtiana para afastar as pretensões da razão humana de qualquer divagação especulativa ou metafísica e circunscrevê-la à função de um simples instrumento do conhecimento da natureza e da sociedade. Descobrir com precisão as leis naturais, que invariavelmente articulam todos os fenómenos, e sintetizá-las no menor número possível de leis constituíam a preocupação fundamental do positivismo ou, como o próprio Comte enunciou, «o fim de todos os nossos esforços»<sup>4</sup>. Competia à filosofia organizar «a ordem invariável e necessária» dos diferentes ramos do saber de modo a apresentar cada um deles com uma sistematização homogénea, «determinada pelo seu grau de generalidade,

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 312.

<sup>4</sup> Augusto Comte, *Cours de philosophie positive*, vol. I, 4.<sup>a</sup> ed., Paris, Librairie J.-B. Baillière et Fils, 1877, p. 16.

de simplicidade e de independência recíproca»<sup>5</sup>. Nos termos deste critério, os conhecimentos científicos agrupavam-se, ordenadamente, segundo a sua generalidade decrescente e complexidade crescente, desde o cálculo matemático, passando pelo estudo dos fenómenos naturais, que incluíam a astronomia, a física, a química e a fisiologia, até aos sociais, que Augusto Comte procurou constituir no âmbito do sistema das ciências.

O ensino das matemáticas, nas escolas politécnicas de Lisboa e Porto, teria sido o primeiro veículo de difusão em Portugal do pensamento de Augusto Comte. Teófilo Braga, a mais importante referência portuguesa da filosofia positivista, recorda nos seus escritos, em mais de um lugar, ter sido por via da matemática, no ensino politécnico, que o positivismo entrou em Portugal, antes de ser conhecido como um sistema filosófico. Refere ter tido o primeiro contacto com o *Curso de Filosofia Positiva* de Augusto Comte, em 1865, muito provavelmente no Porto, por intermédio de Joaquim Duarte Moreira de Sousa, que foi professor de Matemática no Liceu de Castelo Branco<sup>6</sup>.

O interesse dos lentes de Matemática por Augusto Comte deverá certamente explicar-se pelo teor da disciplina, que é apresentada no primeiro dos seis volumes do *Curso de Filosofia Positiva* e ao longo de 16 lições. A matemática não constitui um exercício meramente abstracto e alheio à realidade de que se ocupa as demais ciências. Para além da sua dimensão abstracta, que obedece apenas às regras do cálculo das relações numéricas, com completa independência dos objectos concretos a que se referem, haverá de considerar-se o momento indutivo que confere significado à operatividade meramente abstracta do cálculo. Este representa a dimensão concreta da matemática, em que se procura determinar as equações que poderão exprimir as leis gerais da regulação dos problemas concretos a que se aplica o cálculo matemático. Assim, temos, por um lado, a geometria, que considera os fenómenos em função da sua forma, grandeza e posição, por outro lado, temos a mecânica, que os considera em função, por exemplo, da sua força, velocidade e equilíbrio, subdividindo-se na *dinâmica*, que estabelece as leis do movimento, e na *estática*, que trata das questões do equilíbrio dos corpos.

A matemática concreta confere uma dimensão experimental ou indutiva ao sistema de princípios que torna possível a dedução completa e precisa do cálculo, a qual decorre à margem da observação directa. O carácter analítico do cálculo representa o domínio do conhecimento que se encontra pressuposto nos esquemas de abordagem dos objectos da geometria, da mecânica e das demais disciplinas, constituindo assim a base racional de todo o sistema dos nossos conhecimentos. Os seus princípios são os mais universais, abstractos e simples que possamos conceber e definem os limites

---

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>6</sup> Cf. Fran Paxêco, *Cartas de Teófilo*, Lisboa, Portugália Editora, 1924, carta de 12. X. 1900, p. 26. A mesma informação também se encontra em Teófilo Braga, *As Modernas Ideias da Literatura Portuguesa*, vol. II, Porto, 1892, p. 414; Sampaio Bruno, *Os Modernos Publicistas*, Porto, Lello & Irmão, 1987, p. 268; Álvaro Ribeiro, *Os Positivistas. Subsídios para a História da Filosofia em Portugal*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1951, p. 62.

das nossas capacidades racionais, isto é, marcam a fronteira a partir da qual o espírito perde as referências positivas, de que se pode ocupar com rigor, e passa a envolver-se em especulações metafísicas arbitrárias, porque sem fundamentos<sup>7</sup>.

É pois natural que esta concepção da matemática fosse bem acolhida pelos responsáveis das escolas, preocupados em oferecer às novas gerações a preparação científica e técnica que a sociedade reclamava. O carácter profissionalizante do ensino exigia que o conhecimento científico revestisse um carácter prático, ou seja, que qualificasse os jovens quadros do país para colocarem ao serviço da indústria, agricultura, comércio e obras públicas as potencialidades que o conhecimento da ciência e o domínio das técnicas prometiam. É com este propósito de conferir uma aplicação material ao ensino das ciências que as escolas são equipadas com laboratórios, museus de história natural, jardins, que permitissem conferir ao ensino o carácter prático que lhe seria indispensável<sup>8</sup>.

Também em Coimbra, foi o lente de Matemática José Falcão quem deu a conhecer o pensamento de Augusto Comte a Emídio Garcia, o que veio transformar o seu magistério na cadeira de Direito Administrativo num pólo de difusão das concepções da filosofia positivista<sup>9</sup>. Emídio Garcia, a meados dos anos sessenta, imprime ao programa desta disciplina uma linha de orientação oposta ao krausismo de Vicente Ferrer Neto Paiva. Em companhia de Rodrigues de Brito, desenvolve o seu pensamento no campo jurídico e político, inspirando-se em Proudhon, Comte, Taine, Vacherot, Tocqueville, Littré e Spencer<sup>10</sup>. Ao mesmo tempo, adere às concepções mutualistas e cooperativistas de Proudhon e difunde os ideais republicanos e federalistas. Nos apontamentos das suas lições de Ciência Política e Direito Político, publicados pelos seus alunos, em 1893, adopta as concepções de Comte e de Spencer na apresentação das suas ideias, no campo da sociologia, estabelecendo um estreito paralelismo entre os fenómenos sociais e os organismos vivos e propondo abordar o

<sup>7</sup> Cf. Augusto Comte, *Cours de philosophie positive*, vol. I, p. 109.

<sup>8</sup> Embora os laboratórios e museus se destinassem a conferir às disciplinas um suporte experimental que as ligasse a uma desejável aplicação prática, nem sempre tinham condições para cumprir este propósito. Somente nos últimos anos do século XIX, o ensino ministrado na Escola Politécnica começa a «incluir uma formação experimental directa, que tarda a implementar-se e só atinge um sistema integrado já no século XX» (Cf. Ana Luísa Janeira, *Sistemas Epistémicos e Ciências. Do Noviciado da Cotovia à Faculdade de Ciências de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 97). Também as aulas de Fisiologia, na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, só em finais dos anos oitenta dispuseram de laboratório para o ensino prático da disciplina e para a investigação, mas só em 1910, com a mudança para as novas instalações, passaram a dispor de laboratórios devidamente dimensionados e equipados (Cf. M. Athias, «Miguel Bombarda. I – O Professor», em *Medicina Contemporânea*, série II, Lisboa, 13 (1910) 41, p. 323). Os alunos não interviam nos trabalhos de laboratório, mas assistiam, dispostos em redor da sala e nas galerias, às demonstrações que os preparadores executavam à distância. Os laboratórios eram fundamentalmente utilizados como um meio pedagógico de ilustração das exposições que os lentes faziam nas suas lições. O seu propósito era divulgar os resultados que a investigação produzia, sem visar propriamente a investigação científica (Cf. Ana Luísa Janeira, *Sistemas Epistémicos e Ciências*, pp. 97-102).

<sup>9</sup> Cf. Fernando Catroga, «Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social», em *Revista de História das Ideias*, 1, Coimbra, 1977, p. 315, nota 1.

<sup>10</sup> Cf. Fernando Catroga, «Manuel Emídio Garcia», em A. Campos Matos (org.), *Dicionário de Eça de Queiroz*, 2.ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Editorial Caminho, 1988, p. 455.

estudo da sociedade a partir das condições que tornam possível a vida social em cada uma das fases da sua evolução.

António Zeferino Cândido recorda o ambiente das Faculdades de Matemática e de Filosofia da Universidade de Coimbra, onde foi aluno na primeira metade dos anos sessenta, em que o sistema comteano era seguido, por professores e alunos, nos diferentes cursos que lá eram ministrados, assim como as concepções de Littré, Stuart Mill, Spencer, Darwin e Haeckel<sup>11</sup>. Augusto Rocha, lente da Faculdade de Medicina a partir de 1882, publica na revista *O Positivismo* uma série de artigos em que defendia a concepção de que a psicologia se deveria compreender nos limites da fisiologia, reduzindo toda a actividade mental à dependência dos centros nervosos. Também o Dr. Ricardo Jorge recorda os anos em que frequentou, em 1874, a Academia Politécnica do Porto, onde o *Curso de Filosofia Positiva* de Comte suscitava uma adesão generalizada. Ao mesmo tempo, censura o ensino de Emídio Garcia na cadeira de Direito Administrativo, por se limitar a divulgar o pensamento de Augusto Comte, e denuncia o sectarismo do ensino de Teófilo Braga, professor do Curso Superior de Letras desde 1872, confessando-se distante dos ideais de Comte e adepto de Stuart Mill e de Spencer<sup>12</sup>.

O sistema de filosofia positivista é acolhido um pouco por toda a parte como orientação a seguir por qualquer projecto educativo que apostasse no estudo das ciências e na modernização do país. Desta forma, a apreciação de Teixeira Bastos de que, em Portugal, a partir de 1872, a filosofia positivista «se propaga e a sua influência aumenta diariamente»<sup>13</sup> não deverá ser totalmente considerada como ditada pelo seu proselitismo incondicional em favor da causa positivista. Com efeito, surgem várias iniciativas com o propósito de promover a renovação da sociedade portuguesa, por meio da difusão dos progressos alcançados pelo conhecimento científico e os princípios da filosofia positivista. Em 1878, iniciou-se a publicação da revista *O Positivismo*, o órgão mais importante do pensamento positivista em Portugal, dirigido por Teófilo Braga e Júlio de Matos, que se propunha dar voz aos intelectuais do país, dispostos a empreenderem esta missão. Outras publicações periódicas assumem também este propósito, com destaque para a revista *Era Nova*, a *Revista de Estudos Livres* e vários jornais de orientação republicana, que inserem nas suas colunas diversos artigos de divulgação científica e de princípios doutrinários do positivismo de Comte, Littré, mas também de Spencer e Stuart Mill. Professores de Medicina, clínicos e naturalistas divulgam estudos desenvolvidos nos domínios da fisiologia, observação clínica e zoologia comparada, que explicavam a actividade mental pelas suas ligações ao sistema nervoso central. Propaga-se assim uma visão materialista do homem que procurava desvanecer todas as diferenças que as concepções tradicionais estabeleciam entre o homem e o animal, ou seja, entre o espírito e a matéria. A visão do homem e

<sup>11</sup> Cf. Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal: 1865-1911*, vol. I, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1988, pp. 164-167.

<sup>12</sup> Cf. Ricardo Jorge, «Prefácio», em Alfredo Pimenta, *Estudos Filosóficos e Críticos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, pp. XVII-XVIII.

<sup>13</sup> Teixeira Bastos, *Teófilo Braga e a sua Obra*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1892, p. 263.

da vida psíquica era-nos transmitida a partir exclusivamente dos limites da biologia. Miguel Bombarda chegou mesmo a suscitar uma acesa polémica, com o padre jesuíta Manuel Fernandes Santana, por ter defendido que a vida psíquica se compreendia dentro do mais estrito determinismo causal. Segundo ele, a vida psíquica tem origem na transformação da estimulação sensorial que ocorre no encéfalo, considerado a zona ideativa que é activada pelo movimento dos neurónios excitados pelas sensações. A vida psicológica, como a consciência e a vontade «divre», tendia a ser explicada a partir do seu enraizamento orgânico na fisiologia do sistema nervoso e nada tinha a ver com a psicologia cultivada pelas escolas filosóficas, baseada em noções metafísicas de alma, liberdade e no método introspectivo.

\*

A difusão destas concepções acabou por suscitar a firme oposição dos meios eclesiásticos, nomeadamente dos professores da Faculdade de Teologia de Coimbra, que combateram as teses materialistas da negação da existência de Deus, da criação do mundo, da espiritualidade da alma e da sua imortalidade, ligando-as a um ideal de vida dissoluta, sem referências morais nem a responsabilidade do confronto último com a justiça divina<sup>14</sup>. Emídio Garcia foi alvo de ataque nas pregações quaresmais de 1873, na Sé de Coimbra, por parte de Mota Veiga e de outros teólogos. Por sua vez, José Maria Rodrigues, em *Pensamento e Movimento*, que publicou em 1880, submeteu a uma análise crítica a tese materialista que reduzia a consciência ao movimento cerebral. Sena Freitas não fica indiferente à propagação desta nova visão do homem e do mundo, emancipada e até hostil às concepções que a religião e a metafísica haviam estabelecido, e toma parte no combate contra as novas ideias que circunscreviam o conhecimento da verdade aos resultados duma investigação científica comandada pela razão humana, apoiada nas suas próprias forças e na confirmação que a experiência lhe poderia garantir<sup>15</sup>.

Comte havia proclamado o século XIX o período da História em que a sociedade entrara decididamente no último patamar da sua longa evolução. O estado positivo em que a ciência pontificava tinha sido atingido, depois de a humanidade ter passado por uma longa caminhada em que atravessou o estado teológico e o estado metafísico. Estavam ultrapassadas as concepções explicativas do homem, do universo e dos fenómenos naturais apoiadas em uma cadeia de nexos causais em que intervinham entidades religiosas e conceitos abstractos sem correspondência na realidade. O apoio que a confirmação experimental era capaz de conceder aos resultados a que as ciências da natureza iam chegando alimentou a convicção de que estavam a ser dados passos decisivos, que dissipariam em definitivo as concepções obscuras propaladas pela religião e pela metafísica. Contribuíram para formar esta mentalida-

<sup>14</sup> Cf. Maria Fernanda Reis Figueira, «A Faculdade de Teologia perante o materialismo (1861-1905)», em *Revista de História das Ideias*, 1, Coimbra, 1977, pp. 205-235.

<sup>15</sup> A oposição de Sena Freitas ao positivismo em termos de combate é uma ideia apresentada por Pinharanda Gomes em «A crítica ao positivismo pelo padre Sena Freitas», *Revista de Cultura Açoriana*, 3, Lisboa, 1991, pp. 31-44.

de as teorias da evolução das espécies e das formações geológicas, duas investidas demolidoras na concepção criacionista da vida e do mundo, assim como os estudos empreendidos no domínio da fisiologia, que reduziram os fenómenos da consciência a meras reacções do organismo, comandadas pelo sistema nervoso central.

A expansão do conhecimento científico foi assim favorável ao monismo materialista, que tudo pretendia explicar pelas virtuosidades da matéria, e à posição positivista, que procurava substituir as questões insolúveis das especulações teológicas e metafísicas pelos problemas acessíveis à investigação humana, como o enunciado das leis que definem a regularidade dos fenómenos, sem se preocupar com a sua origem causal. Ao procurar enraizar a credibilidade de todos os conhecimentos na confirmação da experiência e da observação, a filosofia positivista concebe-se como um simples instrumento do conhecimento da realidade e de legitimação da actividade intelectual. O seu propósito limita-se a determinar as condições do conhecimento da natureza e da sociedade, constituindo-se como instrumento metodológico das diferentes ciências, no esforço que despendem na enunciação das suas leis invariáveis. Os resultados da investigação científica impõem-se de forma inquestionável à sistematização do pensamento, que a eles se submete, sem reservas nem divergências, e a dinâmica criativa do espírito é sacrificada ao imperativo do monismo metodológico, que toma as ciências da natureza como modelo de todo o conhecimento.

## II. Combate às novas ideias

### 1. Limites do método experimental

Ao terminar o seu *Estudo Sintético sobre o Positivismo de Augusto Comte*, o P.<sup>o</sup> Sena Freitas esclarece que a sua apreciação do positivismo não poderá ser considerada um juízo «sistematicamente oposto e *in totum* à filosofia positivista de A. Comte», admitindo haver nela «algumas teorias, alguns princípios experimentais aproveitáveis, sobretudo na sociologia, com que se pode completar uma filosofia espiritualista, e com que a verdadeira ciência pode lucrar, na qualidade de adminículo parcial»<sup>16</sup>. Em mais de um lugar das suas obras, o papel de Francisco Bacon é posto em evidência por ter valorizado o método analítico ou indutivo, como meio adequado para o conhecimento verdadeiro da natureza.

«O subir da observação à síntese, do fenómeno à lei que o rege, do facto ao princípio, da verificação particular à sistematização geral, do efeito à causalidade é, sem questão, o mais racional, o mais prudente, o menos ilusório de todos os métodos, e por isso mesmo o mais científico de todos»<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> Sena Freitas, *Estudo Sintético sobre o Positivismo de Augusto Comte*, Lisboa, Livraria Correia Pinto, 1904, p. 65. Sobre a origem deste opúsculo, que é reproduzido na primeira parte de *A Doutrina Positivista*, editado pela Livraria Povense, na colecção «Ciência e Religião», dirigida por Artur Gomes dos Santos, cf. Pinharanda Gomes, *art. cit.*, pp. 36-37.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 8.

Não será possível ignorar os extraordinários resultados que a ciência moderna conseguiu alcançar, por meio da aplicação do método experimental, e persistir no erro da escolástica medieval que desvalorizava o método indutivo nas ciências naturais em favor do que a autoridade de Aristóteles estabelecera sobre o assunto:

«não era lícito dar um passo adiante dele nem saber sem ele nem contra ele. A autoridade primava sobre a razão, mesmo nas ciências da razão e da observação, que podiam intitular-se um dócil comentário do Estagirita»<sup>18</sup>.

A experiência constitui a base indispensável do conhecimento, todavia, nem todo o conhecimento está sujeito à verificação empírica. Esta situação, porém, não o torna inconsistente. Homens de ciência de diferentes quadrantes, como Galileu, Kepler, Newton, Euler, Lineu, Lavoisier, Cuvier, Humboldt, Ampère e muitos outros, não impuseram à razão os limites da experiência e reconheceram mesmo a sua incapacidade para servir de passaporte no terreno da metafísica:

«Por não poderem haver às mãos a faculdade do absoluto e do infinito (que em nós se impõe tão acentuadamente como o facto mesmo do nosso ser corpóreo) e dar-lhes as honras de uma análise química nos recurvados sifões dos seus laboratórios, nem por isso entenderam que ela não existia. Julgaram, pelo contrário, que os meios do conhecimento haviam de variar consoante o seu *objecto*»<sup>19</sup>.

O positivismo peca precisamente pela visão redutora que apresenta da ciência, ou seja, por circunscrever o conhecimento científico ao que «apenas se vê com os olhos, se ouve com os ouvidos, se toca com as mãos, ou se saboreia com o paladar»<sup>20</sup>. Embalado por esta caricatura, não se inibe de acentuar os traços que exageram as suas deformações, nos seguintes termos:

«Será ciência o afirmar que há um astro chamado Sol e um planeta chamado Lua? Será ciência afirmar que a noite é negra, e o mar salgado? Se é ciência, é a do meu cozinheiro, se é ciência é a do pleonasma, a do – uma vez um é um, três vezes três nove, porta aberta não está fechada, etc.»<sup>21</sup>.

O «experimentalismo» é certamente compatível com o «espiritualismo» e não poderá ser confundido com o positivismo de Augusto Comte que o adoptou como critério ou medida do ser, isto é, do que existe.

«Ora, como nem Deus, nem a alma humana são tangíveis, nem por conseguinte sujeitos à observação dos sentidos, infere-se daqui que não é de modo algum viável conhecer o modo nem sequer o facto da sua existência. Como se não houvesse outro critério de certeza mais do que esta mão da inteligência, chamada o *sensório*!»<sup>22</sup>

<sup>18</sup> *Ibidem*, pp. 68-69.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>20</sup> Sena Freitas, *Escritos Católicos de Ontem*, p. 192.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> Sena Freitas, *Estudo Sintético sobre o Positivismo de Augusto Comte*, p. 16.

Sena Freitas não censura o positivismo por exigir rigor e precisão nas noções que utiliza e por apoiar na observação a veracidade do conhecimento científico, mas por restringir o conhecimento à observação. Neste aspecto está em consonância com a orientação traçada por Francisco Bacon, que estabeleceu as bases do método analítico ou indutivo das ciências, contribuindo assim para desacreditar o predomínio do método sintético ou dedutivo. O autor denuncia mesmo o abuso da escolástica medieval de pretender apoiar todo o conhecimento da realidade do mundo físico na autoridade de Aristóteles, de Plínio o Velho, Alberto Magno, entre outros, e em verdades *a priori*. Nesta sequência, reabilita os esforços empreendidos por alguns autores medievais e da antiguidade clássica, por terem contrariado o desprezo dominante votado às ciências da observação e o predomínio da metafísica, que não deixava lugar para o desenvolvimento das ciências da observação<sup>23</sup>. Valoriza assim o pioneirismo mal compreendido de Rogério Bacon, que sofreu a perseguição intolerante dos seus confrades, ao tentar combater o desinteresse pelo estudo da natureza, com base na observação. A Igreja teve também, no interior das suas fileiras, «mártires da ciência», como escreve em mais de um lugar, que combateram o preconceito inaceitável, que remonta a Sêneca e Platão, de que «o estudo da natureza material e das ciências susceptíveis de aplicações industriais era degradante para o espírito humano»<sup>24</sup>.

A escolástica medieval deixou-se prender excessivamente aos problemas metafísicos e «a uma multidão de questões ociosas, como se as ciências naturais fossem indignas do estudo e das investigações do espírito humano»<sup>25</sup>. É uma consequência inevitável da desvalorização a que votou a análise indutiva, imprescindível para um conhecimento adequado da natureza. O desdém pelo estudo da natureza é inexplicável e insustentável à luz dos princípios cristãos, pois, argumenta o autor, evocando a acção criadora de Deus, o que «não é indigno de Deus fazer não pode ser indigno do homem estudar»<sup>26</sup>. Desta forma, enaltece o trabalho do método científico, que não se limita a coleccionar observações, à semelhança da formiga, que acumula incessantemente provisões para se alimentar. Continuando a utilizar a conhecida comparação apresentada por Francisco Bacon, aproxima o método do procedimento da abelha na fabricação do mel, por procurar tirar da observação sistemática ou «prolongada» os elementos relevantes para construir a explicação das causas ou razões dos fenómenos naturais. Este método, na concepção do autor, havia sido iniciado por Rogério Bacon, em plena Idade Média, quando os filósofos, à semelhança das aranhas, se dedicavam a tecer a teia das suas teorias a partir das “secreções” da própria razão. Tudo procuravam explicar por meio de princípios *a priori*, ou seja:

---

<sup>23</sup> «Fazia-se, pois, da filosofia uma espécie de aríete ou de máquina silogística de guerra, cuja excelência não consistia na solidez do metal de que eram confeccionadas as peças que a compunham; mas no bem travado delas e na perfeição dos seus movimentos mecânicos», *ibidem*, p. 8.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

«sem a mínima preocupação do critério indutivo da análise, do método da experiência prolongada, persistente, donde só se poderiam tirar conclusões rigorosas na região dos conhecimentos naturais»<sup>27</sup>.

Mas foi Francisco Bacon quem o aperfeiçoou e o teria legado à posteridade de cientistas que, desde Galileu, trouxeram importantes esclarecimentos para desvendar os enigmáticos segredos da natureza, desenvolvendo a astronomia, a física, a química, a biologia e também as matemáticas.

Pensamos, todavia, que a influência de Bacon no desenvolvimento da ciência moderna teria estado mais ao nível da atitude do investigador, que deveria desembaraçar-se da rede de preconceitos (*ídolos*) que obscureciam uma visão isenta da natureza, do que nos procedimentos que a complexidade das fases do método preconizava. Estas mostravam-se ainda bastante dependentes da concepção aristotélica de explicação científica, centrada na identificação das causas, à margem do tratamento matemático dos fenómenos. Aliás, é este aspecto que Sena Freitas valoriza na linha do pensamento de Francisco Bacon, ou seja, o seu contributo para proceder ao exame minucioso dos fenómenos, a fim de determinar as suas causas explicativas. Numa primeira aproximação, as causas são de ordem material e eficiente, mas remetem-nos, numa segunda aproximação mais penetrante, para o domínio da explicação das razões últimas e absolutas, objecto da metafísica, que procura o estudo da natureza por meio das suas causas formais, que são consideradas «imutáveis e permanentes»<sup>28</sup>.

Bacon procurou, para além do olhar directo da natureza, o princípio que conferisse unidade às suas transformações, elevando-se assim para além dos conhecimentos que poderiam ser percebidos de forma *directa*, para o que designava «o olhar *reflexo*, pelo qual se observa a si próprio, e o olhar da razão superior onde se *refractam* as noções do que é ideal, absoluto, infinito»<sup>29</sup>. Ou seja, conforme Bacon expôs na sua obra *Do Progresso e da Promoção dos Saberes*, para além do conhecimento que, com base na experiência, se poderá ter da natureza, há ainda, por um lado, o tipo de conhecimento que a teologia é capaz desenvolver através das criaturas, de forma indirecta (*radius refractus*), sobre a existência e a natureza de Deus, por outro lado, o tipo de conhecimento que poderemos desenvolver sobre nós mesmos (*radius reflexus*), quer do ponto de vista espiritual da alma quer do ponto de vista espiritual do corpo<sup>30</sup>.

No final do seu *Estudo Sintético sobre o Positivismo*, Sena Freitas evoca precisamente estas três formas peculiares de conhecimento que a razão humana tem capacidade de desenvolver. O estudo da natureza não se limita ao plano experimental, como pretendem «os exclusivistas do moderno determinismo filosófico»<sup>31</sup>, em oposição aos que o reduziam às virtuosidades da mecânica silogística. Mesmo o estudo do homem não poderá ser concebido com credibilidade científica se separar o estudo

<sup>27</sup> *Ibidem* p. 67.

<sup>28</sup> Cf. José L. Brandão da Luz, *Introdução à Epistemologia*, Lisboa, INCM, 2002, p. 62.

<sup>29</sup> Sena Freitas, *Estudo Sintético sobre o Positivismo de Augusto Comte*, p. 71.

<sup>30</sup> Cf. F. Bacon, *Du progress et de la promotion des savoirs*, trad. e pref. por Michèle le Doeuff, Paris, Éd. Gallimard, 1991, p. 138.

<sup>31</sup> Sena Freitas, *Estudo Sintético sobre o Positivismo de Augusto Comte*, p. 9.

psicológico da sua relação estreita com a fisiologia, sob pena de se construir uma antropologia com base numa concepção de espírito que seja alheia à natureza humana. O experimentalismo é indispensável à construção dum conhecimento científico da natureza do homem e não poderá ser considerado hostil ou adverso dos que seguem o caminho da filosofia espiritualista. Da harmonia de ambos depende uma visão do homem e do mundo.

O vício inaceitável do positivismo está, como acertadamente observa, no seu monismo metodológico, ou seja, em impor o procedimento utilizado nas ciências da natureza a todo o tipo de conhecimento. Exclui-se, nesta base, tudo o que não for sujeito à observação dos sentidos, como Deus e a alma humana. Sena Freitas argumenta que este não poderá ser o único critério de certeza, embora o considere indispensável no domínio da investigação científica. A observação tem limites, pois, como adverte em *Processo do Positivismo*, uma conferência que proferiu no Rio de Janeiro, em 1893, não somente ela não tem acesso aos factos vividos por cada pessoa e susceptíveis de serem evocados apenas pelo testemunho da memória, mas também, como já Descartes havia chamado a atenção na *Terceira Meditação*, o testemunho da observação tem sido desautorizado pelo que a argumentação dedutiva descobre. É esta que parece estar, muitas vezes, mais em consonância com o que de facto a realidade é. O exemplo evocado é também o cartesiano, ou seja, a dissonância existente entre o conhecimento do que na realidade é o Sol, a partir dos conhecimentos que a astronomia elabora, e o testemunho da experiência sensorial. Desta forma, Sena Freitas conclui:

«O que transcende todas as raiaas postas pela análise indutiva é ainda do domínio do conhecimento científico, mas não mais um resultado do método experimental. Testemunho disto são as ciências matemáticas que se exprimem sob a forma de proposições axiomáticas»<sup>32</sup>.

Não somente a observação não poderá por si só acreditar o conhecimento científico da realidade, como também a ciência não poderá ser considerada o patamar último da inteligibilidade do mundo e do homem.

## 2. Singularidade da vida

Certos problemas ultrapassam o domínio da compreensão que se constrói na órbita da observação ou sob o controlo racional dos procedimentos científicos. E isto porque a razão humana, sendo comparável a um instrumento musical, só produz os sons de que possui o registo:

«Além dos limites do nosso teclado intelectual (...) principia para nós o silêncio absoluto. Nenhuma noção positiva»<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> Sena Freitas, *Processo do Positivismo*, Rio de Janeiro, L'Express Cateysson & C., 1893, p. 9.

<sup>33</sup> Sena Freitas, *Lutas da Pena*, vol. I, Lisboa, Tipografia Universal, 1901, p. 9.

As concepções materialistas sobre a eternidade da matéria, a natureza da força e do movimento, as relações entre a alma e cérebro não poderão ser verificadas por meio da análise empírica, mas relevam de opções de teor metafísico que não têm correlato na observação experimental. Nenhuma observação permitirá identificar que a força e o movimento inerentes à matéria sejam propriedades essenciais à matéria ou procedam a partir dela. De igual modo, nenhuma prova poderá ser apresentada para mostrar que a matéria constitui por si o princípio explicativo da vida. Esta não se poderá conceber ao nível da acção das forças físicas e químicas, não havendo ligação visível que permita localizar a passagem da não-vida à vida, que Claude Bernard concebeu como «a resultante fisiológica de uma força, de um factor, de um princípio desconhecido que resiste ao deperecimento do organismo»<sup>34</sup>.

Sena Freitas combate a ideia de vida apresentada nos termos do «determinismo científico»<sup>35</sup>, conforme propõem os materialistas. A formação da vida não é comparável a um fenómeno de cristalização, que depois se poderá dissolver e refazer, vezes sem conta, com regularidade mecânica. Os fenómenos vitais não se poderão recuperar depois de terem sofrido um processo degenerativo de aniquilamento. Com efeito, as células germinativas (bioplasma) de animais, como o leão, a águia ou o bicho-da-seda, aparentam uma indiferenciação total entre si, antes de se transformarem, gradualmente, em organismos com complexidade distinta. Este dado da observação, argumenta o autor, impede-nos de conceber o processo de desenvolvimento de qualquer ser vivo como simples reacções químicas que se sucedem com uma cadência regular e previsível, semelhante ao encadeamento das engrenagens que põe em andamento uma locomotiva ou uma máquina de coser.

Sem dispor ainda das explicações bioquímicas que a genética molecular desenvolveu, no seguimento da redescoberta das leis de Mendel, na transição para século XX, Sena Freitas não hesita em reconhecer, nesse processo de diferenciação da forma específica de cada animal, a concretização do plano próprio do respectivo organismo. Este, no entanto, só poderia existir algures fora do bioplasma indiferenciado, que era idêntico, segundo julgava, em todos os seres vivos. Em seu entender, o processo seria comparável à construção dum edifício, que terá de obedecer ao plano que o arquitecto concebeu, ou aos repetidos movimentos da lançadeira dum tear, que deverão responder ao traçado dum desenho que o tecelão concebeu antecipadamente e que pretende executar. Também a formação dos diferentes animais, com os seus órgãos, tecidos e vasos, a partir de células vivas aparentemente indiferenciadas, deverá requerer um plano previamente traçado, que mais tarde a genética veio mostrar encontrar-se inscrito na cadeia do ADN. À semelhança dos artefactos que a indústria do homem produz, também a diferenciação das células germinativas em animais de espécies distintas obedecerá a um plano comparável:

«não há, portanto, motivo porque raciocinemos diferentemente quando se trata das obras da natureza do que quando se trata das obras de arte; se estas exigem um plano

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>35</sup> Sena Freitas, «O microscópio e o positivismo», *Observações Críticas e Descrições de Viagens*, vol. I, Campinas, Tipografia Livro Azul, 1888, p. 290.

porque o não exigirão aquelas? Ora todo o plano requer inteligência. Por isso, não podemos vacilar em afirmar, como entes racionais, que a mente divina dirige tanto a mole imensa do Universo como a massa infinitésima de um bioplasma para a formação do mais pequeno órgão, mais insignificante tecido; que Ela não se revela de um modo menos patente na estrutura da tromba do elefante do que na antena de um insecto, na construção das vértebras da baleia do que nos cílios de um infusório, no pulmão do homem do que nas guelras do peixe, *mens agitat molem*<sup>36</sup>.

Na ausência de informações que a genética molecular veio posteriormente descobrir, a estrutura do argumento assenta no princípio de causalidade, segundo o qual todo o processo de organização do ser vivo exige uma razão suficiente ou uma causa adequada que explique o aparecimento de cada uma das suas diferentes formas, a partir duma substância aparentemente desprovida dos princípios de tão grande diversidade e multiplicidade. Como a «mecânica molecular» não pode dar razão do que cada ser necessita para existir de forma diferenciada, teremos necessariamente de explicá-los a partir de fora:

«a célula viva há-de por força ter, fora dela, um Deus e dentro dela um princípio imaterial para oferecer uma explicação suficiente e ser compreendida debaixo da lei cósmica da causalidade»<sup>37</sup>.

Por outras palavras, o processo que conduz à complexa organização de cada ser vivo é obra duma intencionalidade que transcende o domínio da matéria viva e, por conseguinte, o campo da ciência positiva. Todo o desenvolvimento postula a necessária intervenção duma acção de ordem transcendente, que não se compreende pelas razões que a ciência domina mas pelas que a metafísica pode conhecer pelas «nobres e fulgurantes intuições da razão»<sup>38</sup>.

Enquanto permanecer exclusivamente dependente da observação e se limitar a uma metodologia indutiva, o positivismo incorre, embora em sentido contrário, no mesmo absurdo dos autores medievais, que pretendiam, abusivamente, reduzir todo o conhecimento à especulação metafísica, privilegiando o conhecimento *a priori* em detrimento do que se apoiava na observação. «A razão recalitra e quebra os ferros com que pretendem tolher-lhe o voo (...). Está na sua natureza interrogar o desconhecido, escavar as profundezas do mistério»<sup>39</sup> e procurar por meio da especulação metafísica as soluções que a simples observação da natureza não descobre. Por isso evoca toda uma plêiade de cientistas, de Newton a Claude Bernard, passando por Lineu e Cuvier, que não caíram na ousadia de tomar a razão humana por medida da realidade. Todos eles, ao encontrarem as questões metafísicas, nas fronteiras das suas pesquisas, não as ignoraram nem as menosprezaram por não poderem submetê-las ao confronto da

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 294.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 297.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 299.

<sup>39</sup> Sena Freitas, *Estudo Sintético sobre o Positivismo de Augusto Comte*, p. 22.

verificação empírica. Pelo contrário, reconheceram o seu sentido e, simultaneamente, a inadequação do método experimental para conduzir a sua análise.

O positivismo, enquanto preconiza a base experimental para um conhecimento científico assente em noções rigorosas e precisas, corresponde cabalmente às exigências que conferem credibilidade ao conhecimento científico. Porém, ao «pretender ser mais do que uma teoria das ciências»<sup>40</sup>, ou ao remeter para a esfera da mitologia e da fantasia todo o conhecimento que não puder apresentar credenciais com a chancela da experiência sensível, acaba por se pronunciar sobre uma realidade que diz encontrar-se fora da sua esfera de competência.

### 3. Vida psíquica e materialismo

Sena Freitas considera ainda o positivismo uma forma de materialismo. Certamente, não ignora a preocupação dos autores positivistas em se descolarem desta etiqueta, que, segundo afirmavam, representava um vestígio indisfarçável das influências da metafísica. Todavia, o nosso autor insiste no paralelismo que se justifica, segundo ele, em virtude de a matéria ser concebida com todos os atributos que a tradição filosófica diz pertencerem a Deus, isto é, como sendo eterna, imensa e onipotente, e, ao mesmo tempo, causa de todos os entes<sup>41</sup>. O autor não se deixa iludir pela argumentação de Littré para distanciar o positivismo quer do materialismo quer do espiritualismo, que considerava correntes meramente especulativas. E mostra a convergência de concepções entre ambas as escolas, designadamente, no que concerne às suas posições no domínio da antropologia, reduzindo o homem às funções da sua componente corporal.

Recorrendo à definição que Littré dava da alma, em conjunto com Robin, no *Dicionário* de Nysten, como resultado das funções realizadas pelo sistema nervoso central, Sena Freitas vê nessa redução uma identificação inegável com a visão materialista, que subtraía à alma as faculdades de pensar, sentir e querer. Mas, ao mesmo tempo, denuncia uma flagrante contradição entre esta definição e os princípios directivos do positivismo, os quais proscreviam qualquer tipo de considerações sobre a essência das coisas e restringiam todas as afirmações à verificação sensorial. Ora, como não consta que alguém tivesse presenciado a emergência das ideias ou dos sentimentos do encéfalo ou da espinal-medula, a afirmação de que a alma é uma simples função do sistema nervoso carece de consistência científica e não passa de uma simples hipótese especulativa. Mas, se assim é, ou seja, «se exprime uma hipótese, para que dar-lhe foros de certeza, por afirmação categórica? Se exprime um facto positivo, para que afectar um desinteresse tão escrupuloso entre o materialismo e o espiritualismo? É optar pelo primeiro sem biocos nem embages»<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> *Ibidem*, p.17.

<sup>41</sup> Cf. *ibidem*, p. 24.

<sup>42</sup> *Ibidem*, pp. 27-28.

Em suma, a filosofia positivista renuncia aos seus pressupostos metodológicos de tudo pretender submeter ao controlo da análise científica, quer ao recusar explicar os fenómenos psicológicos como atributos da alma, envolvendo-se assim na especulação metafísica sobre a sua essência, quer ao pretender reduzi-los a uma manifestação do sistema nervoso, admitindo por seu turno aquilo que a observação não consegue oferecer. No primeiro caso, entra numa discussão de teor espiritualista, ao interrogar-se sobre as causas explicativas dos fenómenos psicológicos que observa, no segundo caso, adopta uma posição materialista, ao identificar a alma com as funções do sistema nervoso central. Em qualquer dos casos, infringe as limitações metodológicas de restringir todo o conhecimento verdadeiro ao que puder ser indutivamente justificado.

Temos sérias dúvidas de que esta crítica pudesse ter atingido o cerne da doutrina positivista, que não estaria particularmente interessada no debate da natureza da alma. A argumentação de Sena Freitas parece revestir antes um propósito de feição parenética, contra as ameaças sedutoras duma doutrina que, como salienta Machado de Abreu, «põe uma causa a tradicional coesão social e a função estabilizadora exercida pelos valores religiosos do catolicismo»<sup>43</sup> combate ao perigo materialista que o positivismo trazia para a concepção do homem e o conseqüente abaixamento da sua conduta moral. A alma não constituía um problema para o positivismo, pois afigurava-se desnecessária, já que as funções a que ela conferia suporte pareciam suficientemente explicadas pelos diversos contributos trazidos pela fisiologia. Nesta perspectiva, a mobilização do *corpus* doutrinário da metafísica tradicional é fundamentalmente posta ao serviço duma retórica moralizadora, com dificuldade para integrar os contributos que a análise científica ia descobrindo.

Sena Freitas procura entrar na discussão da tese materialista, que se propunha explicar os fenómenos intelectuais pela fisiologia, sem deixar lugar à intervenção do espírito. A sua argumentação não diverge da que utilizavam os lentes da Faculdade de Teologia de Coimbra. Apesar do esforço para inserir o problema no quadro das categorias utilizados pelos adversários, designadamente, a que ligava o pensamento ao *movimento* cerebral, o teor do seu discurso acaba por se fechar no formalismo duma análise conceptual que ignora os problemas suscitados pelos avanços alcançados pela investigação. Estes constituíam fundamentalmente uma ocasião, não para reformular concepções que se mostravam pouco consonantes com os novos problemas que o tema da relação mente-corpo suscitava, mas para travar um combate sem tréguas na defesa dos princípios tradicionais do espiritualismo. Os progressos que os estudos do sistema nervoso traziam ao de cima eram vencidos, não pela força do que os resultados da pesquisa científica iam proporcionando mas pela truculência da demonstração argumentativa.

A tese de Comte e de Littré de que o movimento constituía a força indissociável da matéria, que se transformava na vida, depois na sensibilidade e, finalmente, no

<sup>43</sup> Luís Machado de Abreu, «O antipositivismo apologético de Sena Freitas», em José Luís Brandão da Luz (org.), *Caminhos do Pensamento - Estudos em Homenagem ao Professor José Enes*, Lisboa, Edições Colibri / Universidade dos Açores, 2006, p. 546.

pensamento, é contrariada, em primeiro lugar, pela falta de consenso que em torno dela se levantava. Certamente que uma verdade científica não se afirma pelo número de adesões que suscita, mas esta indecisão é sintoma da ausência duma demonstração que encontre na evidência dos factos a chave positiva da sua confirmação. Sem este apoio, carece de credibilidade científica, constituindo uma hipótese teórica que, apesar de se mostrar aliciente, não poderá ser utilizada para desautorizar uma teoria contrária, observa o autor, com perspicácia. A base de sustentação de ambas as posições é idêntica, ou seja, não dispõe de confirmação empírica e tira o seu vigor da consistência da argumentação que utiliza. Todavia, é a este nível que a hipótese positivista revela a sua fragilidade. Com efeito, argumenta Sena Freitas, se no universo físico será fácil aceitar que a força da matéria se traduz em movimento, em que os corpos se atraem, separam, ultrapassam, ganham e perdem aceleração, no plano psicológico, tal não poderá ser verificado. Os fenómenos mentais e os actos morais não resultam da transformação ou conversão das forças físicas inerentes à matéria. A ciência experimental não apresenta factos positivos para certificarem que a força inerente à matéria pudesse dar origem aos fenómenos de ordem espiritual. Na perspectiva do autor, tal será mesmo impossível de conseguir, por se tratarem de forças de natureza heterogénea. Com efeito, investe o nosso autor, mobilizando em seu apoio o aparato conceptual da metafísica tradicional, o movimento pertence ao domínio das forças materiais ou corpóreas, ao passo que os fenómenos psicológicos são inerentes à alma, substância que garante não apenas a ideação das impressões sensíveis, mas também a reunião em uma mesma realidade substantiva da multiplicidade de diferentes sensações e que, ao mesmo tempo, se reconhece como sujeito único dos sucessivos sentimentos que cada um experimenta.

Enquanto associarmos os fenómenos psicológicos a forças materiais não conseguiremos compreender:

«esta unidade de ser, necessária à unidade de sentimentos. Porém, enquanto a matéria permanecer o que é, sempre terá partes distintas, incompatíveis com a unidade a que nos referimos. Se cada parte se torna o sujeito em que se opera o sentimento de muitas sensações, este sentimento não poderá ser único, e todavia é-o no homem, o qual tem plena consciência de que o princípio, o *suppositum*, sempre idêntico a si mesmo, de todas as sensações que experimenta, é ele mesmo»<sup>44</sup>.

Sem a acção unificadora do *eu*, as ideias e as percepções serão simplesmente consideradas «uma secreção do encéfalo, como a urina é uma secreção dos rins, ou o fel uma secreção do fígado»<sup>45</sup>. Por um lado, ficava por explicar como se operava a generalização intelectual, que ultrapassa o simples somatório de propriedades observadas, e a ligação de ideias no juízo, que envolve uma instância que compare e relacione os termos que entram na sua composição. Mas, por outro lado, ficava sem qualquer justificação a existência de um conjunto de funções morais e espirituais, que fazem

<sup>44</sup> Sena Freitas, *Estudo Sintético sobre o Positivismo de Augusto Comte*, p. 33.

<sup>45</sup> Sena Freitas, *Lutas da Pena*, vol. I, p. 27.

parte da experiência do dia-a-dia de cada um. O que permite a uma pessoa assumir a responsabilidade dos seus actos e subordinar uma série de desejos, interesses, opções e decisões ao imperativo do dever e a uma ordem de valores e ideais superiores? Esta constitui uma experiência que releva, certamente, do carácter substancial e espiritual do “eu”, ou seja, exprime actos de espontaneidade e de liberdade que se não podem compreender como um mero produto da medula espinal ou do encéfalo. Reduzir o estudo dos fenómenos psicológicos ao domínio da fisiologia, sem admitir estas especificidades, não deixa de representar um radicalismo com efeitos restritivos no desenvolvimento das áreas do saber, de cujo elenco Comte excluiu, não somente a psicologia, mas também a moral, o direito e a estética<sup>46</sup>.

As funções anímicas traduzem assim uma espontaneidade imanente à própria alma que se afigura absolutamente estranha à actividade produzida pelas forças da matéria (*movimento*), que é transitiva e resulta duma interferência exterior. Apesar da integridade encefálica constituir uma condição indispensável para o exercício da vida psíquica, não a poderemos considerar causa do pensamento. A matéria corporal conhece ao longo da vida um processo constante de transformação e de regeneração, mas esta mudança não envolve a alteração da identidade de cada indivíduo, que se apercebe sempre igual a si, com uma personalidade que persiste e subsiste às sucessivas transformações que o desenvolvimento corporal conhece. Insistir na dependência causal da consciência dum organismo sujeito à regeneração e permanente mudança «é pura e simplesmente admitir um efeito sem causa alguma adequada, um dividendo sem divisor, é fornecer uma das mais avultadas contribuições para a longa história das aberrações científicas»<sup>47</sup>.

#### 4. Conhecimento metafísico

Outro ponto da análise da crítica de Sena Freitas ao positivismo reside na desvalorização da metafísica, por carecer de princípios certos, ou seja, por não dispor de uma base indutiva para firmar as concepções que defende. Contra esta acusação Sena Freitas lembra que as matemáticas se apresentam como uma ciência mais rigorosa do que a física ou a astronomia, apesar de o seu critério de certeza não assentar na observação directa. Também a estreita dependência da história, da moral e da sociologia do testemunho humano e da consciência individual não constitui entrave para os positivistas se apoiarem nessas disciplinas, em ordem a definirem uma concepção objectiva do homem e as linhas duma orientação política da sociedade. Por que razão, então, a metafísica não poderá ser considerada uma ciência, e não uma simples divagação arbitrária, ela que «tem por órgão de verificação essa faculdade do verdadeiro, do belo e do bem, a que chamamos razão»<sup>48</sup>? Certamente que a metafísica não dispõe, como a física ou a química, da experiência que poderá verificar as suas deduções e o cálculo que as poderá enunciar, mas a metafísica ocupa-se do que de mais eleva-

<sup>46</sup> Cf. Sena Freitas, *Processo do Positivismo*, p. 11.

<sup>47</sup> Sena Freitas, *Estudo Sintético sobre o Positivismo de Augusto Comte*, pp. 36-37.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 40.

do poderá estar ao alcance da consciência do homem, a clarificação das ideias mais abstractas, como a do bem, do belo, da justiça, que determinam o reconhecimento da percepção das coisas e das acções boas, belas e justas. Estas ideias, entre as quais se encontra o tema do transcendente, que desde sempre preocupa a humanidade e desafia a inteligência, só na mente humana revelam o seu significado mais pleno, que nunca coincide e sempre excede o que os objectos e situações acessíveis à percepção tornam patente.

\*

O positivismo peca por pretender transportar para a esfera espiritual os procedimentos que preconiza para interrogar a natureza, a fim de construir com precisão uma visão consequente e precisa dela. E é neste aspecto que reside o sentido do combate que Sena Freitas dirige ao seu projecto de pretender reduzir o domínio da realidade ao que a razão humana é capaz de conceber sob o controlo da observação e a precisão do cálculo. O teor da argumentação, no entanto, orienta-se no essencial segundo os cânones tradicionais que a psicologia e a metafísica escolásticas tinham estabelecido nestas matérias. À semelhança do procedimento que o próprio Sena Freitas criticava na escolástica medieval, não se inibe de demonstrar a inconsistência das posições materialistas sobre o homem, submetendo os novos dados que a fisiologia revelava à contestação dos princípios *a priori* que a psicologia racional defendia sem transigências. Procurava a todo o custo preservar os quadros tradicionais em que se firmava a concepção do homem, deixando sem resposta o cada vez mais incómodo problema das relações entre a mente e o corpo. Desta forma, a sua resposta não diverge, na generalidade, da que tinha sido apresentada pelos teólogos de Coimbra, todos convencidos de que os desvios apresentados pelas teses positivistas haveriam de se desvanecer sob a clarividência autorizada dos princípios metafísicos da tradição, pelo que, como Sena Freitas vaticinava, não deveriam «sobreviver três lustros ao século XIX»<sup>49</sup>, em virtude da sua flagrante irracionalidade.

O pensamento de Sena Freitas sobre esta matéria é bem o reflexo da forma como a elite influente da Igreja Católica lidou com o problema sem, no entanto, o ter conseguido equacionar no contexto próprio do terreno em que ele surgiu, o que não teria contribuído para que cada um dos sectores pudesse levar a sério os debates e as posições que os respectivos adversários defendiam. Não obstante estes desencontros, o combate de Sena Freitas reveste consistência e vigor, assumindo particular pertinência a valorização que faz da importância e do lugar da metafísica, dos limites da experiência e do alcance das capacidades do conhecimento que a razão é capaz de produzir em resposta às suas inquietações.

---

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 20. Cf. p. 48. Em um texto intitulado «Balanço científico», exprime a mesma ideia nos seguintes moldes: «Tenho a plena convicção de que o positivismo não chega a sobreviver três lustros ao século XIX, porque não é realmente racional» (Sena Freitas, *Lutas da Pena*, vol. II, Lisboa, Tipografia da Casa Católica, 1902, p. 246).